

1 **ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2021 DO COMITÊ DA BACIA**  
2 **HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES MINEIROS DOS RIOS MOGI-GUAÇU E PARDO**  
3 **(GD6), REALIZADA NO DIA 10 DE AGOSTO DE 2021 POR VIDEOCONFERÊNCIA**

4 Aos dez dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas, deu-se  
5 início a 4ª Reunião Ordinária do ano de 2021 do Comitê da Bacia Hidrográfica do dos  
6 Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo (CBH Mogi-Pardo GD6), realizada de  
7 forma não presencial, pela plataforma *Jitsi Meet*, para discussão dos seguintes itens de  
8 pauta: **Item I** - Abertura da sessão pelo Presidente do Comitê, execução do Hino  
9 Nacional, verificação de quórum e leitura das justificativas de ausência; **Item II** -  
10 Aprovação da Ata da 2ª Reunião Extraordinária do dia 08/07/2021; **Item III** -  
11 Apresentação de dúvidas sobre a participação do GD6 em Comissões e Grupos de  
12 Trabalhos externos ao Comitê. Demandas extras Comitês - Contextualização dos  
13 Conselheiros que estão nestas representações, José Edilberto Resende e Irinéia  
14 Ardisom; **Item IV** – Apresentação sobre o andamento dos trabalhos da Câmara  
15 Técnica de Plano Diretor, pelo coordenador Sr. Antônio Carlos Sales; **Item V** –  
16 Considerações sobre o andamento dos trabalhos da Cobrança pelo Uso dos Recursos  
17 Hídricos, pelo coordenador da CT de Outorga e Cobrança, Sr. Juvenal Nogueira  
18 Marques; **Item VI** – Assuntos Gerais; e **Item VI** - Encerramento. **Membros presentes:**

19 Na reunião estiveram presentes 36 (trinta e seis) membros, representando 31 (trinta e  
20 um) Instituições, sendo os seguintes membros da Diretoria: **Presidente Rogério**  
21 **Araújo Dias (Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento -**  
22 **ASSEMAE), Secretário Juvenal Nogueira Marques (Secretaria do Estado de Meio**  
23 **Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD) e Secretária Adjunta Rafaela**  
24 **Macedo Soares (Prefeitura Municipal de Guaxupé) e os seguintes Conselheiros:**  
25 **Rodrigo Paiva de Castro (Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais - CBMMG),**  
26 **Newton Eleutério Ramos (Polícia Militar do Estado de Minas Gerais - PMMG),**  
27 **Eduardo de Araújo Rodrigues (Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM),**  
28 **Leonel Satiro de Lima (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do**  
29 **Estado de Minas Gerais - EMATER), Wladimir Ferreira Fadini (Instituto Mineiro de**  
30 **Agropecuária - IMA), Acássio José Paese (Polícia Civil de Minas Gerais), Tamires**  
31 **(Polícia Civil de Minas Gerais), Renato Pan (Instituto Estadual de Florestas – IEF),**  
32 **Giovani Adison Grande (Secretaria de Estado de Saúde - SES), representantes do**  
33 **PODER PÚBLICO ESTADUAL; Jeniffer Rita Migot (Prefeitura Municipal de**  
34 **Bandeira do Sul), Antônio Carlos Ferreira (Prefeitura Municipal de Bandeira do**  
35 **Sul), Samira Fróes de Oliveira (Prefeitura Municipal de Bueno Brandão), Matheus**  
36 **Felipe da Costa (Prefeitura Municipal de Bom Repouso), Giovanna Ferreira**  
37 **Nascimento (Prefeitura Municipal de Caldas), Joelmar Lucas Andrade (Prefeitura**  
38 **Municipal de Poços de Caldas), Claudio Junior Araújo (Prefeitura Municipal de**  
39 **Andradas), Pedro Lopes Lucas de Amorim (Prefeitura Municipal de Andradas),**  
40 **Camilla Batista de Oliveira (Prefeitura Municipal de Muzambinho), representantes**  
41 **do PODER PÚBLICO MUNICIPAL; Mário Montingelli Neto (Companhia de**  
42 **Saneamento de Minas Gerais - COPASA), Ivo Aparecido Paparotte (Indústria e**  
43 **Cerâmica Andradense S.A. – ICASA), Fábio Augusto Zincone (DME Energética**  
44 **S.A.), Heloísa Bertoli (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais -**  
45 **FIEMG), Laene Fonseca Vilas Boas (Federação das Indústrias do Estado de Minas**  
46 **Gerais - FIEMG), Josimar dos Reis Marques (Departamento Municipal de Água e**

47 **Esgoto de Poços de Caldas - DMAE Poços de Caldas), Luiz Renato Musa**  
48 **Machado (Associação dos Mineradores do Planalto de Poços de Caldas -**  
49 **ASMIPC), representantes dos USUÁRIOS; Antônio Carlos Sales (Associação dos**  
50 **Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Andradas – ASSEA), José Edilberto da**  
51 **Silva Resende (Associação Poços Sustentável - APS), Kelly Ribeiro de Andrade**  
52 **Almeida Di Tomazzi (Agência Regional de Proteção Ambiental da Bacia do Rio**  
53 **Grande – ARPA Rio Grande), Irinéia Ardisson da Silveira Souza (ONG Planeta**  
54 **Solidário), Maria Teresa Mariano (Sociedade Mineira de Cultura - Pontifícia**  
55 **Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG Campus Poços de Caldas),**  
56 **Ângela Maria Martins Marques dos Santos (Conselho Regional de Engenharia e**  
57 **Agronomia de Minas Gerais – CREA MG), Valnei José de Melo (Nascentes do Alto**  
58 **do Rio Pardo e seus afluentes - NARP) e Claudiomir Silva Santos (Instituto**  
59 **Federal do Sul de Minas - Campus Muzambinho), representantes da SOCIEDADE**  
60 **CIVIL. Também estiveram presentes os seguintes convidados: Maria de Lourdes**  
61 **Amaral Nascimento (Gerente de Apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas e**  
62 **Articulação a Gestão Participativa – GECBH – IGAM), Robson Rodrigues dos**  
63 **Santos (Gerência de Apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas e Articulação a**  
64 **Gestão Participativa – GECBH – IGAM), Allan de Oliveira Mota (Gerente de**  
65 **Planejamento de Recursos Hídricos – IGAM), Clarissa Santos (IGAM) e Rosângela**  
66 **Santos (Gerência de Planejamento de Recursos Hídricos – IGAM) Item I - A**  
67 **reunião foi aberta pelo Presidente Rogério- Na sequência, foi executado o Hino**  
68 **Nacional. Verificou-se o quórum e a secretária fez a leitura das justificativas de**  
69 **ausências. Na sequência, o presidente Rogério passou para o Item II - Aprovação da**  
70 **Ata da 2ª Reunião Extraordinária do dia 08/07/2021; o conselheiro José Edilberto**  
71 **manifestou que a ata foi enviada fora do prazo regimental, conforme e-mail que ele**  
72 **enviou ao Comitê e os conselheiros Irinéia e Antônio Carlos Sales concordaram com**  
73 **ele, dizendo que o prazo foi curto para a leitura de uma ata de 8 páginas. Sendo assim,**  
74 **a aprovação da ata foi adiada para a próxima reunião, passando-se para o Item III -**  
75 **Apresentação de dúvidas sobre a participação do GD6 em Comissões e Grupos**  
76 **de Trabalhos externos ao Comitê. Demandas extras Comitês - Contextualização**  
77 **dos Conselheiros que estão nestas representações, José Edilberto e Irinéia**  
78 **Ardisson; o Presidente Rogério passou a palavra para o conselheiro José Edilberto**  
79 **que apresentou um documento feito e assinado por ele e pela conselheira Irinéia**  
80 **Ardisson onde se questiona o papel do Comitê e se realmente há um interesse público**  
81 **do Comitê de bacia para esta participação na Comissão das Águas da Câmara**  
82 **Municipal de Poços de Caldas, já que o objetivo deste grupo é, dentre outros, fazer os**  
83 **planos municipais de saneamento básico – PMSB para os municípios da bacia que**  
84 **ainda não possuem. Ele destacou que, de acordo com a Lei 11.445 que regulamenta o**  
85 **saneamento básico, deve haver a criação de um grupo específico do poder executivo**  
86 **municipal e outro grupo de coordenação. Apontou que o fato de haver a ausência de**  
87 **participação social neste grupo da CMPC e a participação dele e da conselheira Irinéia**  
88 **não ter sido votada pela Plenária, são os motivos principais por não concordar mais em**  
89 **participar deste grupo e colocar a sua vaga a disposição de outra pessoa que se**  
90 **interessar. O Presidente Rogério, que também participa da comissão pela ASSEMAE e**  
91 **não pelo Comitê, concordou com ele sobre a justificativa colocada, porém disse que**  
92 **este documento deveria ter sido enviado anteriormente para todos analisarem também**

93 e pediu que ele disponibilize este documento para ser decidido na próxima reunião.  
94 Ressaltou que acha importante a participação do Comitê nesta Comissão das Águas,  
95 pediu desculpas à Plenária por ter indicado os conselheiros José Edilberto e Irinéia  
96 para a referida Comissão, representando o Comitê, sem passar pela Plenária, pois os  
97 mesmos responderam ao e-mail que foi enviado para todos os conselheiros, se  
98 voluntariando. Disse que sente que deve nortear os trabalhos ainda, inclusive refazer o  
99 diagnóstico sobre os planos municipais de saneamento básico. Neste momento,  
100 passou a palavra para a conselheira Irinéia que endossou o documento preparado pelo  
101 conselheiro José Edilberto e também colocou a sua vaga na Comissão das Águas à  
102 disposição por motivos pessoais. Disse que o trabalho da Comissão realmente é muito  
103 importante, especialmente por Poços ser a cidade das águas, que foi louvável o  
104 trabalho feito lá atrás, mas citou o exemplo de Bortolan onde o nível da água está  
105 baixíssimo e o nível de coliformes fecais encontrados lá foi 65 vezes maior que o  
106 medido anteriormente, e que ela não concorda com os resultados apresentados, pois  
107 devem estar bem maiores agora. Por isto disse que neste momento é imprescindível a  
108 execução do plano municipal de saneamento de Poços de Caldas. Ela disse que  
109 participa da Comissão de Resíduos Sólidos e há 3 (três) anos atrás o DMAE disse que  
110 seria responsável pelos resíduos sólidos e que iria englobar isto, mas nem a coleta  
111 seletiva adiantou, pelo contrário, regrediu, e isto faz muito mal para o meio ambiente,  
112 pois além de muito lixo misturado, isto não foi em frente. Por isto antes de mais nada,  
113 reforçou que a prioridade deve ser a elaboração dos planos municipais de saneamento  
114 básico para os municípios que ainda não tem. O conselheiro José Edilberto, inscrito por  
115 ter sido citado e justificou que o que está sendo discutido não são os benefícios da  
116 Comissão das Águas para a cidade de Poços de Caldas e sim a participação de todos  
117 os atores (executivo, legislativo), uma ordenação dos objetivos e se o plano municipal  
118 de saneamento básico tem que ser feito pelo executivo, pois isto não compete ao  
119 Comitê. Lembrou que o que compete ao Comitê é dar um apoio para alguma consulta  
120 ou demanda que seja feita pelo executivo, e que compete à Plenária decidir, pois o  
121 Comitê não é exclusivo para o município de Poços de Caldas. A conselheira Ângela  
122 pediu a palavra e lembrou que o Comitê é deliberativo e não executivo. Disse que o  
123 trabalho anterior da Comissão das Águas, uma coleta de águas orientada pelo pessoal  
124 da CNEN, foi engavetado, apesar do entusiasmo, e que ela imaginava que nesta  
125 segunda vinda da mesma vereadora, isto fosse ser revitalizado. Questionou o objetivo  
126 desta Comissão e lembrou que o Comitê deve refletir sobre este ponto. Lembrou que  
127 no dia 22 de julho, o SISEMA elaborou a “live” do Prof. Tucci e do Prof. Nilo e eles  
128 falavam exatamente sobre drenagem sustentável, e informaram que em BH existe um  
129 Comitê Municipal de Saneamento que tem 50% de participação da sociedade civil e  
130 que seria interessante esta experiência ser replicada. Sugeriu portanto, que haja um  
131 consórcio de municípios, uma entidade civil gestora, com um escritório executivo que  
132 possa executar este plano de saneamento. Sendo assim, neste momento, o Comitê  
133 não teria nenhuma função nesta Comissão das Águas. E lembrou novamente que o  
134 papel do Comitê é informar a comunidade, discutir o que já está proposto, e não  
135 executar. Elogiou as contribuições que foram levadas à Comissão das Águas, para  
136 melhor gestão das águas, principalmente àquelas referentes ao município e agradeceu.  
137 O presidente Rogério voltou a falar que acha importante a participação do Comitê na  
138 Comissão das Águas, mas deixou para a Plenária decidir na próxima reunião a

139 continuidade desta participação. E esclareceu que o Ministério Público notificou o  
140 Comitê da outra vez, para que prestasse esclarecimentos apenas e não para responder  
141 alguma ação e que ele acredita que se o MP tiver que vir novamente, virá por meio da  
142 Comissão das Águas, independente do Comitê estar fazendo parte da mesma. O  
143 conselheiro José Edilberto reforçou que neste novo momento não significa que o  
144 Comitê tem que se ausentar, mas sim estar atento à este tipo de situação, pois após  
145 falar com o presidente, eles não foram mais convidados para nenhuma reunião.  
146 Reforçou que a intenção dele não é sair ou se retirar da Comissão, mas colocar a vaga  
147 à disposição. O Presidente Rogério leu um comentário de uma cidadã no *YouTube*,  
148 Carmem Grace, que disse “*que a participação do Comitê na Comissão das Águas é*  
149 *importantíssima e que não pode haver transferência de responsabilidade*”. Neste  
150 momento, passou a palavra para o conselheiro Eduardo que reiterou que todos devem  
151 se atentar ao que está escrito no Regimento Interno do Comitê. Que nesta reunião não  
152 há previsão de deliberação nenhuma, na pauta não consta nenhum tipo de decisão e  
153 portanto nada pode ser votado se seguir o regimento. Frisou a importância de se  
154 organizar internamente no Comitê para seguir os ritos. Sobre o comentário do  
155 *YouTube*, ele concordou com a internauta, porém falou sobre a importância de fazer o  
156 PMSB não somente no município onde o Comitê está sediado, como também nos  
157 demais municípios da bacia. Já, entender que isto é uma atividade fim, um objetivo do  
158 Comitê, é outra coisa. Disse que não é obrigação do Comitê participar deste tipo de  
159 comissão ou conselho. Lembrou da interinstitucionalidade e da missão do Comitê nesta  
160 agenda e a importante relação que a gestão de recursos hídricos tem com o  
161 saneamento básico. Ele voltou a afirmar que não deve haver nenhuma votação sobre  
162 isto nesta reunião, por não estar previsto na pauta. O Presidente Rogério agradeceu e  
163 pediu que este documento seja enviado para todos para que seja decidido em uma  
164 próxima reunião da Plenária, através de uma votação para saber se o Comitê continua  
165 ou não participando da Comissão das Águas. E lembrou a todos novamente que a  
166 participação dele na referida comissão é pelo ASSEMAE e não pelo CBH. Leu outro  
167 comentário da internauta Carmen Grace no chat do *YouTube* onde a mesma “*esclarece*  
168 *que a responsabilidade de execução do PMSB é do executivo mas que o CBH pode*  
169 *sim ajudar como consultor*”. Porém, a conselheira Ângela respondeu que o Comitê não  
170 pode agir como consultoria, mas sim como fornecedor de informações e incentivador  
171 de ações que porventura vierem a ser indicados pelo trabalho dessa Comissão. Neste  
172 momento, o secretário Juvenal pediu a palavra e disse que estas convergências tem  
173 que ser trabalhadas, trabalhar os objetivos em comum, as demandas e sanar estas  
174 questões institucionais, pois a proposta é interessante sim e é importante o Comitê se  
175 fazer presente. O conselheiro Valnei pediu a palavra e lembrou sobre a poluição por  
176 elementos tóxicos radioativos aqui na região e acha que o IGAM poderia executar algo  
177 mais sério, aumentando pontos de coleta principalmente nos lugares mais críticos,  
178 entre eles o rio morto que é o Rio Verde, o ribeirão que passa no distrito de Laranjeiras,  
179 onde a água está sempre esbranquiçada, e que ele não sabe se o mesmo está a  
180 jusante da INB ou não, se provém de lá as primeiras águas, que deve ser averiguado e  
181 esclarecido. Além dos ponto de coleta, deve haver informações bem transparentes  
182 para a população para ver se pode irrigar ou não, se as pessoas e o gado podem  
183 consumir para que as pessoas tenham o direito de sair da área, se mudar se for  
184 necessário. Não somente em Caldas e Santa Rita de Caldas, mas deve-se olhar

185 também em Andradas e outras cidades, para a população saber exatamente o tipo de  
186 água que está consumindo, se é de origem duvidosa. O Presidente Rogério agradeceu  
187 e lembrou que a Comissão das Águas fez exatamente este trabalho de coleta em 21  
188 pontos e houve uma moção em torno do resultado das análises. Perguntou novamente  
189 se todos concordam em deixar esta votação para a próxima reunião e todos  
190 concordaram. Pediu que os conselheiros José Edilberto e Irinéia encaminhem o  
191 documento para que seja enviado à todos os conselheiros analisarem e seguiu para o  
192 próximo item da pauta **Item IV – Apresentação sobre o andamento dos trabalhos da**  
193 **Câmara Técnica de Plano Diretor - CTPD, pelo coordenador Sr. Antônio Carlos**  
194 **Sales;** o coordenador da CTPD, Antônio Carlos Sales, comentou que integrou a  
195 Comissão das Águas e que o objetivo na época era trabalhar os assuntos referentes à  
196 INB. Em seguida, apresentou a todos o resumo da última reunião da CTPD, em  
197 23/07/2021, informando que a conselheira Rafaela foi escolhida como a secretária da  
198 CTPD e destacou que o foco dos trabalhos da CTPD é a recuperação das nascentes e  
199 matas ciliares. Falou também sobre a pesquisa que foi feita com os 27 municípios da  
200 bacia referente ao saneamento básico dos municípios, para saber quais os municípios  
201 têm o plano municipal de saneamento básico - PMSB, quais têm tratamento de esgoto,  
202 que tipo de aterro eles têm e em seguida destacou os outros itens do Plano Diretor,  
203 dizendo que fazem parte de um trabalho extenso, que está sendo feito com a ajuda da  
204 Rosângela do IGAM e que será enviado um e-mail para todas as Prefeituras que ainda  
205 não tem o PMSB informando os setores do IGAM que poderão dar uma assistência à  
206 estas Prefeituras. Em seguida, ele passou a palavra para a Rosângela que falou que a  
207 estratégia utilizada na CTPD é estabelecer prioridades. Falou também sobre a  
208 implementação dos índices e frisou que as ações são contínuas e elogiou o trabalho  
209 que vem sendo feito com o apoio de todos. O coordenador Antônio Carlos tomou a  
210 palavra novamente e colocou a CTPD à disposição de todos os conselheiros, que  
211 podem enviar as suas dúvidas, sugestões e contribuições a qualquer momento por e-  
212 mail. Em seguida, a secretária da CTPD Rafaela apresentou os resultados do  
213 formulário enviado às Prefeituras até o presente momento. O Presidente Rogério  
214 agradeceu e solicitou que o resultado do questionário seja enviado à todos os  
215 conselheiros assim que estiver disponível e passou para o próximo **Item V –**  
216 **Considerações sobre o andamento dos trabalhos da Cobrança pelo Uso dos**  
217 **Recursos Hídricos, pelo coordenador da CT de Outorga e Cobrança, Sr. Juvenal**  
218 **Nogueira Marques;** o coordenador da CTOC cumprimentou a todos e disse que foi  
219 enviado a todos os conselheiros um formulário para que enviassem suas dúvidas sobre  
220 o tema e que seriam respondidas nesta reunião pelo Wagner – IGAM, para que estas  
221 respostas facilitem o preparo da minuta da deliberação sobre a cobrança, que será  
222 apresentada na próxima reunião. Falou também que esteve em um evento em Caldas  
223 onde pediram para fazer uma apresentação na próxima reunião do Comitê. Em  
224 seguida, passou a palavra para o Wagner que respondeu as perguntas enviadas  
225 através do formulário, a saber: **1 – Como serão distinguidas a porção mineira de**  
226 **acordo com o contributivo de cada bacia?** Wagner respondeu que tem  
227 acompanhado todas as discussões de cobrança que vem sendo feitas nos Comitês,  
228 inclusive na bacia do Grande e, sobre isto, esclareceu que a portaria de outorga já tem  
229 o indicativo da bacia, se a mesma é estadual ou federal. **2 - Considerando que a**  
230 **caracterização da unidade de um curso de água por seu nome nas cartas**

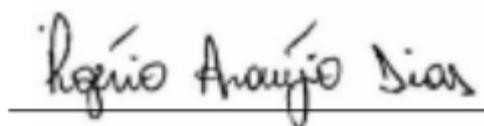
231 **oficiais exige a sua identificação inequívoca, com a determinação precisa do**  
232 **ponto onde adquire a denominação e onde esta termina, como e quais serão as**  
233 **bases cartográficas para dirimir todas as dúvidas quanto a sua caracterização**  
234 **e dominialidade?** Wagner respondeu que o sistema métrico é feito desde a foz à  
235 montante do rio. Portanto, o domínio da União é um rio que nasce no estado e  
236 atravessa outros estados até a sua foz e domínio estadual é aquele rio que nasce e  
237 morre dentro do estado e também as águas superficiais são de domínio do estado. **3.**  
238 **Considerando que a toponímia em uma carta oficial não indica nomes para**  
239 **todos os cursos de água e, quando o faz, expressa dúvidas, com frequência, na**  
240 **forma de dois ou mais nomes ligados pela preposição “ou” e que, ademais,**  
241 **não são indicados nas cartas os pontos onde tal denominação se inicia e onde**  
242 **termina, tornando frágil e subjetivo o processo de identificação do curso**  
243 **principal por meio de nomes. Neste caso já estão atualizados todos os nomes**  
244 **dos cursos de água e suas fronteiras?** Wagner respondeu que a resposta da  
245 questão número 2 já esclarece esta questão, pois não é o nome ou a participação  
246 dele na bacia que define a dominialidade dele e sim, o sistema métrico, e lembrou  
247 que estes dados são georreferenciados **4. Cada curso d’água, desde a sua foz até**  
248 **a sua nascente, será considerado como unidade indivisível, para fins de**  
249 **classificação quanto ao domínio? Neste caso haverão interfaces entre a**  
250 **dominialidade Estadual e Federal, como serão delimitadas tais situações e**  
251 **dirimidos os conflitos de cobrança e arrecadação de cada contributivo sob a**  
252 **ótica da justiça?** Wagner respondeu que já existe um acordo entre o IGAM e a  
253 ANA, que cuida dos que são de dominialidade Federal e o IGAM dos que são de  
254 dominialidade estadual. **5. Como serão caracterizados os sistemas hidrográficos**  
255 **em cada CBH, bem como suas equivalentes contribuições para cada bacia,**  
256 **considerando neste caso a demanda por recursos hídricos em eventuais**  
257 **conflitos?** Wagner respondeu novamente que os dados são georreferenciados e  
258 lembrou dentro do documento de cobrança existe um código que identifica a que  
259 bacia aquele recurso se refere e desta forma não á como se confundir a cobrança,  
260 os recursos arrecadados e a dominialidade. **6. Diante ainda da indefinição de**  
261 **eventual Agência de Bacia, atinentes aos recursos advindos da cobrança que**  
262 **configuram a base fundamental para a criação desta, tema que também será**  
263 **objeto de discussão no âmbito dos Comitês, para que estes discutam tal pauta**  
264 **faz-se necessário um diagnóstico e uma base cadastral confiável para suportar**  
265 **as decisões bem como sua implantação, neste caso a cobrança e a agência?**  
266 Wagner respondeu que em 2015 a cobrança era feita sobre os dados de previsão do  
267 usuário para aquele ano e no ano seguinte era cobrado a diferença entre o que foi  
268 previsto e o que foi medido. Já hoje em dia, a cobrança de 2020 acontece em 2021,  
269 onde o usuário tem o prazo entre janeiro e março para entrar no sistema, informar as  
270 suas medições, e de acordo com a metodologia é feito o cálculo e o IGAM divulga  
271 em maio os valores previstos para a cobrança em 2020 e o primeiro boleto só vai  
272 chegar em julho de 2021, ou seja, tem o prazo de 1 ano e meio após a definição da  
273 metodologia pelo Comitê. E se ainda assim, o Comitê ainda não tiver definido a sua  
274 agência, é previsto por Lei que o IGAM pode assumir o papel de agência, de  
275 executar este recurso, inclusive isto já acontece em outro Comitê. **7. Diante da**  
276 **publicação do Decreto 47.975/2020 que estende o prazo para o pagamento pelo**

277 **uso de recursos hídricos de domínio do Estado referente ao segundo trimestre**  
278 **deste ano, considerando, “O Igam reconhece o momento de crise e vem**  
279 **buscando formas de minimizar os efeitos sociais e econômicos causados pela**  
280 **pandemia”, logo, diante deste fato, como as atuais agências estão**  
281 **sobrevivendo com esta suspensão? Há uma previsão legal para socorrer estas**  
282 **ou sem arrecadação? Com este decreto, quanto foi deixado de arrecadar? Qual**  
283 **foi o impacto nos projetos que estavam em andamento sem estes recursos?**  
284 Wagner respondeu que este decreto apenas estendeu o prazo de pagamento  
285 referente ao segundo trimestre de 2020, pois antigamente a cobrança era trimestral  
286 com vencimento no último dia útil do mês subsequente. Para aqueles que  
287 precisavam de mais prazo, foi dado o prazo de mais 3 meses para pagamento sem  
288 multa. Porém a arrecadação continuou sendo feito dentro do próprio ano, então isto  
289 não prejudicou a arrecadação de forma alguma. Ademais, as agências de bacia tem  
290 um volume em caixa, de forma que não foi prejudicado a execução de projeto em  
291 bacia. O que houve foi um questionamento sobre o valor arrecadado, sendo que  
292 100% do valor arrecadado é para a bacia e 7,5% deste valor é destinado para  
293 manutenção do sistema, que inclui Comitê, agência de bacia e sistema de  
294 informações, porém este é mantido pelo IGAM. Então, financeiramente não houve  
295 nenhum impacto na arrecadação. Neste momento, o conselheiro José Edilberto  
296 perguntou pelo chat: **Há alguma conferência dos dados informados pelos**  
297 **usuários?** Wagner respondeu que não consegue conferir 100% dos usuários, mas  
298 usa-se o esquema definido pela RFB onde define-se um público alvo, um grupo de  
299 usuários, e passa um “pente fino neles”. Passou-se para a próxima pergunta do  
300 formulário **8. Cientes que a metodologia base para implementação da cobrança**  
301 **está sendo desenvolvida pelo CERH, a partir da definição de um preço público**  
302 **unitário mínimo pelo uso da água. “Essa metodologia será utilizada como**  
303 **referência para que os Comitês de bacias hidrográficas definam seus próprios**  
304 **mecanismos de cobrança de acordo com as especificidades locais de cada**  
305 **região”, neste caso, a metodologia não deveria ser primeiramente detalhada**  
306 **para Comitê e suas particularidades fossem objeto de inserção e debate, para**  
307 **alinhamento desta metodologia bem como a necessária publicidade para a**  
308 **instituição da cobrança?** Wagner respondeu que em 2019 aconteceram  
309 paralelamente discussões no CERH e nas 8 bacias do Grande sobre como construir  
310 uma metodologia que atendesse a todos, haja visto a implementação da cobrança no  
311 estado como um instrumento de gestão para onde não existia, e passou-se a discutir  
312 os critérios que todas as bacias deveriam cumprir no mínimo para se construir uma  
313 metodologia genérica, em cima de algumas características comuns, levando em  
314 consideração o enquadramento, os recursos, a oferta e a demanda de água, etc. e  
315 lembrou que esta metodologia do CERH, no artigo 25 da lei 13199 que implementa a  
316 gestão de recursos hídricos no estado de Minas Gerais, e nesta bacia por exemplo,  
317 onde um dos maiores problemas é a falta de saneamento, para ir além das diretrizes  
318 gerais estabelecidas pelo CERH. Citou o exemplo do PN3, onde foi feito assim:  
319 como 62% das portarias de outorga tinham uma concessão de um volume inferior a  
320 250.000m<sup>3</sup>, consideraram como pequenos irrigantes. Acima disto (38%) foram  
321 considerados como grandes irrigantes. O grande irrigante tem acesso à tecnologia,  
322 financiamentos e, por uma questão de justiça, no sentido de isonomia, foi concedido

323 um preço um pouco maior para os grandes irrigantes e um preço inferior para aquele  
324 grupo que foi considerado como pequeno irrigante. E concluiu dizendo que este  
325 levantamento o Comitê tem condições de fazer, por conhecer bem a sua bacia, já o  
326 CERH não. **9. Sobre a cobrança, cujo modelo proposto cumpre unicamente com**  
327 **a função de arrecadar recursos sem vinculá-los a algum objetivo ou programa**  
328 **específico de melhoria das condições de uso dos recursos hídricos da bacia,**  
329 **de que forma o aperfeiçoamento deste modelo no sentido de torná-lo mais**  
330 **sólido em termos de seus fundamentos econômicos para que seus preços**  
331 **possam realmente sinalizar a escassez relativa dos recursos hídricos**  
332 **associado à preservação e melhoria da qualidade e quantidade destes?** Wagner  
333 respondeu que o principal objetivo da cobrança é a tentativa de trazer para o usuário  
334 um uso racional deste recurso. E quando se determina um preço para um bem, já se  
335 pergunta como o dinheiro será usado na melhoria da quantidade e qualidade da  
336 água. Porém é necessário subsidiar os custos da agência que vai executar esta  
337 cobrança, que foi estipulado 7,5% e pelo menos 92,5% será utilizado em projetos,  
338 programas e ações na bacia. Citou o exemplo de onde havia cobrança, a evolução  
339 das ações do Plano Diretor e este precisa de revisões, assim como as metodologias  
340 aplicadas. Verificar se os objetivos foram alcançados, onde pode ser melhorado. **10.**  
341 **Antes do início da cobrança na bacia, considerando que a simultaneidade**  
342 **deste instrumento tanto na calha federal quanto na calha estadual nos rios de**  
343 **domínio da União e de domínio estadual de Minas Gerais. Neste novo modelo, a**  
344 **cobrança deverá ser feita com base no diagnóstico e prognóstico do Plano**  
345 **Integrado de Recursos Hídricos da Bacia, a partir dos quais se estabelece um**  
346 **conjunto de alternativas de objetivos claros, específicos, espaciais e**  
347 **temporais, para o uso do instrumento na bacia. Sabedores que os diagnósticos**  
348 **mineiros são de 2010 e os do Grande estão desatualizados em decorrência da**  
349 **vacância e retomada prevista para 2022. Entendo que a nossa contribuição já**  
350 **foi dada com a proposta de uma DN ainda não apreciada pela Plenária. Além**  
351 **disso, essa demanda me parece equivocada, o correto seria uma apresentação**  
352 **mais detalhada de toda essa contextualização para inicialmente nivelar junto**  
353 **aos Comitês. Cobrança, agência reguladora, monitoramento, outorgados,**  
354 **cadastros e não cadastrados...** Wagner voltou a falar sobre a importância das  
355 ações do Plano Diretor a finalidade da cobrança que foi respondida na questão  
356 anterior. Explicou que a agência faz um plano plurianual e um plano anual e faz uma  
357 análise das ações do Plano Diretor e por exemplo, se os problemas que existiam em  
358 2010 não foram sanados por exemplo, serão feitos agora e isto não impede que o  
359 Plano Diretor passe por uma revisão. Ao término das perguntas do formulário, o  
360 presidente Rogério abriu a palavra para os conselheiros que desejavam fazer mais  
361 perguntas e a conselheira Irinéia perguntou como fica a cobrança de um rio que é  
362 estadual e federal ao mesmo tempo. Wagner respondeu que os dados são  
363 georreferenciados e por isto não há duplicidade da cobrança, basta olhar a outorga.  
364 A conselheira Ângela agradeceu a apresentação do Wagner e falou sobre a  
365 realidade da bacia do GD6 e perguntou se este Comitê poderia decidir pela não  
366 cobrança neste cenário atual. E a segunda pergunta é se o Comitê poderia optar em  
367 não ter agência, ou melhor, ter uma agência com os 8 Comitês do CBH Grande. E  
368 citou o exemplo da agência Peixe Vivo, que é muito grande com muitos projetos e a

369 capacidade limitada de pessoal para o acompanhamento de todos e por este motivo  
370 há reclamação de Comitês menores e ela também se preocupa com o  
371 contingenciamento do estado. E que, no seu entendimento como técnica, isso seria  
372 por parte da Agência reconsiderar e reavaliar projetos que já tenham sido aprovados  
373 pelos Comitês. E que acha a política um pouco equivocada. Wagner respondeu que  
374 o Comitê tem autonomia para discutir e mudar a metodologia e quanto a não haver  
375 cobrança, o decreto realmente impõe que haja a mesma. E que isto seria cruzar os  
376 braços na busca de melhorias para a bacia, devido à própria questão da  
377 racionalização da água, já tão divulgada pela mídia. Quanto ao problema de repasse,  
378 realmente houve um contingenciamento de recurso, mas hoje o estado tem  
379 conseguido fazer estes repasses, afinal de contas este dinheiro não é do governo, e  
380 sim da bacia. A conselheira Ângela argumentou e esclareceu que tem receio da  
381 cobrança que haverá por parte da sociedade caso o recurso não seja investido  
382 prontamente. O conselheiro Valnei concordou com a conselheira Ângela e disse que  
383 não se deve cometer um crime de omissão, que antes de discutir o preço, deve-se  
384 discutir se determinado curso d'água deve ser utilizado ou não, devido à presença de  
385 metais e elementos radioativos que já foi detectada. Logo após, a conselheira Maria  
386 Teresa pediu a palavra e disse que ficou feliz com o IGAM ter se posicionado como  
387 uma possível agência e voltou a falar que diante da atual situação do Brasil e do  
388 mundo, a cobrança é importante sim, mas há outras prioridades, como o Plano  
389 Diretor da bacia. E que esta cobrança tem que ser mais coerente, mas não neste  
390 momento, e sugeriu ao presidente trazer um modelo de cobrança que já está sendo  
391 feito em algum outro Comitê de Minas Gerais, para que todos possam ter a noção e  
392 visão exatas de como o dinheiro arrecadado tem sido utilizado. Wagner respondeu  
393 que esta questão de metodologias existentes no estado, não são tão inovadoras  
394 assim, e por isto está sendo trazido em forma de capacitação sobre a cobrança para  
395 todos os Comitês, bem como o histórico de como começaram as discussões, como  
396 as CTs chegaram nesta metodologia, etc. Lembrou também que as metodologias  
397 hoje existentes no estado não atendem os critérios mínimos estabelecidos pelas leis  
398 gerais do CERH por isto precisam passar por uma revisão. A conselheira Maria  
399 Teresa questionou se ele conhece ao método de cobrança da França e do Ceará e  
400 ele respondeu que sim, que teve acesso a este material e a outros também e disse  
401 que acha complicado copiar o modelo pelas características econômicas de cada país  
402 e que, na França, a cobrança é feita desde 1960 e aqui no Brasil somente agora  
403 começaram as discussões. Ela agradeceu e o parabenizou pela apresentação e  
404 insistiu que se traga um modelo que já está aplicando a cobrança, na próxima  
405 reunião. O conselheiro Eduardo pediu a palavra e disse que a cobrança e o  
406 enquadramento são instrumentos que estão implantados em poucos Comitês do país  
407 e que o nosso modelo não é o francês, embora tenha algumas bases e fundamentos  
408 neste modelo, reforçando que a cobrança é um instrumento importantíssimo para a  
409 gestão de recursos hídricos. E falou sobre os programas do estado de Minas Gerais  
410 que já estão sendo implementados com recursos que já foram liberados e que isto  
411 deveria nortear este instrumento, que não podemos bloquear ou impedir este  
412 processo de implementação pois quanto mais este processo avança, melhor fica o  
413 retorno destes instrumentos para a gestão de recursos hídricos. O conselheiro José  
414 Edilberto concordou com ele e disse que é importante esclarecer tudo sobre a

415 cobrança, em uma linguagem bem simples e fácil de entender, para que não fique  
416 nenhuma dúvida. E fez duas perguntas: 1. Dos 8 Comitês afluentes do CBH Grande,  
417 já existe algum que enviou uma proposta ao IGAM? Wagner respondeu que as  
418 discussões nas CTs têm acontecido de forma simultânea. Para isto, foi criado um  
419 grupo que tratasse com os coordenadores e presidentes para que haja uma certa  
420 homogeneidade nas discussões para evitar desencontro de informações. Quem está  
421 mais a frente é o PN1 e PN3, eles já fizeram uma metodologia e enviaram para  
422 análise, mas deixou claro que o IGAM tem o papel de orientar apenas. Em segundo  
423 lugar de avanço nas discussões, está o CBH Grande, mas sem nada concreto ainda.  
424 2. Existe um histórico de inadimplência e grandes usuários querendo inviabilizar o  
425 processo? Wagner respondeu que hoje a inadimplência no estado está girando em  
426 torno de 4,5% e explicou que é dado um prazo e, caso o usuário não pague, o caso  
427 é ajuizado na justiça pela AGE. O IGAM fica até à instrução do processo para  
428 encaminhar à dívida ativa. Então, ele não sabe dizer quanto deste recurso o estado  
429 consegue recuperar. O conselheiro José Edilberto agradeceu e perguntou se dos 8  
430 Comitês do Grande, algum já enviou uma proposta de DN para o IGAM? O  
431 conselheiro Eduardo solicitou a palavra para responder haverá uma mesma agência  
432 para os 8 Comitês para integrar as discussões dentro da bacia. E disse que o  
433 processo é democrático, que a ANA está avançando nos estudos e padronizando as  
434 ações, e quem constrói as discussões são os recursos da cobrança. Por isto é  
435 necessário ter uma agência, um CNPJ, alguém que administre tudo isto. Passou-se  
436 portanto para o **Item VI - Assuntos Gerais** – o presidente Rogério disse ao  
437 conselheiro José Edilberto que a planilha de pendências está sendo feita e que,  
438 devido à outras demandas do Comitê, não pôde ser apresentada nesta reunião. O  
439 conselheiro Eduardo pediu a palavra e disse que o PN do FHIDRO está em fase de  
440 consultas e comentários, que é um programa antigo, que já foi muito criticado, mas  
441 lembrou que é muito importante, pois é um programa que acrescenta a cobrança e  
442 está na ALMG, aberto a comentários e votação e passou o link para que todos os  
443 conselheiros tomem conhecimento:  
444 [https://mobile.almg.gov.br/tramitacao\\_projetos/projeto.html?tipo=PL&numero=2885&](https://mobile.almg.gov.br/tramitacao_projetos/projeto.html?tipo=PL&numero=2885&ano=2021)  
445 [ano=2021](https://mobile.almg.gov.br/tramitacao_projetos/projeto.html?tipo=PL&numero=2885&ano=2021). Por fim, o presidente Rogério agradeceu a participação de todos e pediu  
446 que todos se inscrevam no canal do Comitê no *YouTube* e divulguem o mesmo para  
447 que mais pessoas possam participar das discussões nas reuniões que são  
448 transmitidas ao vivo pelo canal através do link:  
449 <https://www.youtube.com/channel/UCp3KkgY1FzSYA-JaZK1KmNg>. **Item VII -**  
450 **Encerramento** – Nada mais havendo a tratar, a 4ª Reunião Ordinária do ano de 2021  
451 do CBH Mogi/Pardo (GD6) foi encerrada às 13h00min.



Rogério Araújo Dias

Presidente CBH – GD6